

Estudo da Atuação do Grupo Olho D'água no Município de União-PI: a força das territorialidades contra o poder hegemônico das agroindústrias.

Raimundo Nonato Rodrigues Costa¹, Cláudio Eduardo de Castro²



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p2485-2507>

Artigo recebido em 4 de Janeiro e publicado em 4 de Março de 2026

Artigo Original

RESUMO

A pesquisa tem como foco analisar o impacto do grupo sucroalcooleiro Olho D'Água, instalado desde 2002 em União-PI, na construção da territorialidade do município. Os territórios, entendidos como espaços moldados por múltiplos processos históricos e identitários, apresentam dinâmicas complexas e contraditórias, especialmente diante da atuação da chamada agricultura moderna. O estudo parte de uma abordagem dialético-crítica e emprega métodos qualitativos e quantitativos para examinar transformações socioespaciais, relações de poder locais (entre usina, prefeitura, empresários, câmara e moradores) e mudanças na paisagem econômica, social e simbólica da cidade. Através da análise historiográfica do espaço antes e depois da chegada da empresa, entrevistas com agentes envolvidos, e revisão bibliográfica, busca-se identificar se os efeitos da instalação da usina foram benéficos ou prejudiciais. A pesquisa destaca a importância da reflexão crítica sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização causados por grandes empreendimentos agrícolas, enfatizando sua relevância para os estudos geográficos. A compreensão desses fenômenos permite enxergar os desafios e contradições envolvidos na transformação de territórios e contribui para orientar estratégias mais sustentáveis e justas de ordenamento do espaço.

PALAVRAS-CHAVES: Territorialidade; Grupo Olho D'Água; União.



Study of the Performance of the Olho d'Água Group in the Municipality of União-PI: the strength of territorialities against the hegemonic power of agro-industries.

ABSTRACT:

The research focuses on analyzing the impact of the Olho D'Água sugar and alcohol group, established in 2002 in União-PI, on the construction of the municipality's territoriality. Territories, understood as spaces shaped by multiple historical and identity processes, exhibit complex and contradictory dynamics, especially in the context of modern agriculture. The study is based on a dialectical-critical approach and employs qualitative and quantitative methods to examine socio-spatial transformations local power relations (between the sugarcane mill, city hall, businessmen, council, and residents), and changes in the economic, social and symbolic landscape of the city. Through historiographical analysis of the space before and after the company's arrival, interviews with involved agents and a literature review, the study seeks to identify whether the effects of the mill's establishment have been beneficial or harmful. The research highlights the importance of critical reflection on the processes of deterritorialization and reterritorialization caused by large agricultural enterprises, emphasizing their relevance to geographical studies. Understanding these phenomena enables a clearer view of the challenges and contradictions involved in territorial transformation and contributes to guiding more sustainable and equitable spatial planning strategies.

KEYWORDS: *Territoriality, Olho D'água group, União.*

¹ Professor do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão - (UEMA). E-mail: raimundonrc9@gmail.com.

² Professor efetivo e membro do programa de pós graduação da Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, atuando na linha de pesquisa: Dinâmica da Natureza e Conservação. E-mail: clanaros@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

Abordagens a partir do território têm sido de extrema relevância nos estudos espaciais contudo, essa maior ênfase à análise territorial gerou diferentes interpretações, inclusive as que consideram as intencionalidades dos sujeitos. É sempre importante ressaltar que não se está aqui defendendo uma neutralidade científica, essa afirmação busca unicamente ressaltar a natureza polissêmica do território.

Fernandes (2008) confirma a importância que o território tem recebido propondo questões sobre o conceito ter se tornado proeminente na contemporaneidade, ressaltando que em grande parte dos trabalhos ele é utilizado apenas na sua forma mais simples, não como base ou palco das relações sociais.

Outro autor que coaduna com a importância do território é Santos (2002), para quem ele é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. O autor enfatiza a complexidade e a heterogeneidade do território, que se apresenta como um espaço permeado por múltiplas dimensões e significados, resultantes de longos processos históricos responsáveis por moldar os grupos sociais que nele habitam. Ao mesmo tempo, esse território é atravessado por influências contemporâneas — ou verticalidades — que se manifestam em diferentes tempos, escalas e intensidades, vindas dos mais diversos lugares.

Já Fernandes (2008) propõe a noção de transterritórios, compreendidos como um conjunto de territórios que funcionam como espaços de governança, concentrando o capital e o poder político em múltiplas escalas. Nos transterritórios, coexistem ainda outras formas territoriais, como propriedades privadas de natureza comunitária ou capitalista, cujos interesses, frequentemente, entram em conflito devido à disputa por diferentes projetos de desenvolvimento e modelos de sociedade.

Nesse mesmo sentido, Saquet (2017) amplia essa reflexão ao afirmar que a globalização gera a organização da produção em diferentes níveis escalares e vice-versa: internacional, global, regional e local, justamente em razão da facilitação das trocas das mercadorias, dos conhecimentos e das atividades de serviços, anulando barreiras espaço-temporais e integrando lugares e sujeitos por meios das redes de comunicação e transportes avançadas.



Dessa forma percebe-se que os territórios são marcados por uma complexidade e versatilidade que necessitam de políticas públicas compatíveis com sua riqueza epistêmica. Tais políticas devem atuar não apenas como instrumentos de gestão, mas também como formas de resistência frente a projetos econômicos de caráter espoliador. Mesmo diante de complexas relações espaço-temporo-histórica-escalar as mais diversas e intensas, os territórios continuam a se ressignificar e a afirmar sua existência.

A partir de se entender os territórios como resultado dessas relações, propõe-se compreender a atual dinâmica no município de União, no estado do Piauí, especificamente as relacionadas à presença do Grupo Olho d'Água de produção de commodities de cana de açúcar. Dessa maneira torna-se fundamental analisar as relações de poder que estruturam a cidade — tanto antes quanto depois da instalação do Grupo —, bem como os múltiplos usos do espaço urbano e as consequências dessas transformações sobre as relações sociais locais. É nesse contexto que se justifica a adoção da categoria território, acompanhada de referências teóricas que respeitam a complexidade e a profundidade conceitual do tema.

Vale destacar, ainda, que muitas abordagens pela via do território são construídas a partir de olhares distantes da realidade vivida pela diversidade social, com isso, acabam por produzir recortes reduzidos, elitizados e desconectados das experiências concretas de quem habita e transforma esses espaços.

Castro e Sodré (2022) compreendem o território como uma noção totalizante, esta abordagem, inclui elementos constituintes menos centrais, mas que se entrelaçam nesse conceito e cujas dimensões também precisam ser consideradas. Os territórios são carregados de significados, que permitem a constituição de identidades e a formulação de diferentes estratégias sobre o espaço. Tanto o território quanto a territorialidade são entendidos, portanto, como categorias multidimensionais, profundamente ligadas à vida, tanto na natureza quanto na sociedade.

Contudo, observa Saquet (2022) que essa proposta teórica ainda se mantém, em muitos casos, no plano de uma narrativa generalizante — uma geografia construída a partir de representações sobre a realidade, nas quais a interpretação se baseia em “verdades” produzidas no isolamento dos gabinetes. Nessa lógica, os sujeitos acabam sendo “representados” ou “expressos” pelo intelectual e pelo seu “discurso heliocêntrico”, onde o “sol da teoria” é quem ilumina e preenche o que é considerado



um “espaço vazio”. Nesta pesquisa procurou-se deslocar o foco para o território em si, considerando outras centralidades (Castro e Sodré, 2022).

Assim, entende-se que a realidade dos povos não deve ser fabricada ou imposta externamente. Embora pesquisas realizadas em diferentes tempos e territórios possam oferecer parâmetros comparativos relevantes, elas não são suficientes para explicar fenômenos locais, que possuem causas, significados e consequências singulares. Cada espaço carrega sua própria complexidade, exigindo investigações que considerem a participação ativa dos agentes locais — e, sempre que possível, conduzidas por eles mesmos — para que os debates e análises reflitam com fidelidade suas vivências e perspectivas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos abrangem, por um lado, a pesquisa documental e bibliográfica (acervos de artigos em revistas, leis e programas de desenvolvimento econômico, bancos de dados e informações dos órgãos atuantes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e organizações sindicais, além da prefeitura e do próprio Grupo Olho D’Água). E de outro, por meio de aplicação de questionários e entrevistas com funcionários do grupo e dos órgãos.

Nesta pesquisa se trabalha uma proposta metodológica dialético-crítica, associada ao debate, elaboração e utilização de arcabouço teórico crítico e linguagens que sejam capazes de tornar atrativa, decodificável e inteligível a compreensão das contribuições sociais e econômicas que o grupo canavieiro Olho D’Água trouxe para o município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Fernandes (2008), entre os diversos argumentos que sustentam o reconhecimento do território como uma categoria central em distintas áreas do conhecimento, destaca-se o fato de ele ser amplamente utilizado na formulação de políticas públicas e privadas — seja no campo, nas cidades ou nas florestas — promovidas por empresas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais.

Toda política, seja estatal ou privada, que busca alcançar relevância socioespacial precisa considerar a natureza polissêmica do território. Isso implica atentar para

aspectos como a origem da população, as relações de trabalho, os traços culturais, as práticas agrícolas, os fluxos migratórios e as condições de vida da população.

Quando políticas econômicas são implementadas sob a orientação dos interesses do grande capital — geralmente marcadas por práticas espoliadoras e impactos socioambientais degradantes — é comum emergirem movimentos de contestação, que dão origem a diferentes formas de resistência e fomentam constantes conflitualidades (Fernandes, 2008).

Sob essa perspectiva, tanto o conceito de território quanto os próprios territórios tornam-se objetos de disputa. Essas disputas ocorrem em múltiplos planos, tanto materiais quanto imateriais. As cidades, os municípios e as regiões passam a ser ressignificados como territórios interconectados, assumindo posições de comando ou subordinação dentro da lógica da divisão internacional do trabalho. Portanto, a abrangência da categoria território leva à interpretação que as políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto demarcar os pleiteados.

Essa imposição deve-se também à proeminência do conceito de território, concorrendo para uma disputa pelo poder de interpretá-lo e de conceituá-lo. O valor semântico da disputa está na ontologia do conceito de território, que tem como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade (Fernandes, 2008). Destaca Fernandes (2008) a preocupação de que o termo território seja vulgarizado, assim como é nítido o dever de toda e qualquer política econômica considerarem suas idiossincrasias.

As tentativas de formulações abstratas acerca dos fenômenos sociais e do processo de desenvolvimento territorial são todas frustradas, uma vez ser preciso mergulhar no concreto (espacial) e no histórico (temporal), já que a própria economia capitalista é polimorfa, segue diferentes trajetórias e vias, e há constante polarização em suas estruturas e combates reiterados de “estilos de desenvolvimento” distintos (Brandão, 2009).

Os pobres precisam ser compreendidos como agentes centrais dos processos de desenvolvimento, não apenas como consumidores de produtos ou como fornecedores de mão de obra, mas também por seus saberes históricos, suas engenhosidades, suas identidades e suas lutas. Toda desterritorialização não é uma forma de colonização



plena, de uma incrementação de territorialidades verticais, mas sim um novo envolvimento sincrético de conhecimentos, valores, habilidades e práticas de quem chega e quem já está, ou seja, gesta um outro território.

Portanto, acreditamos que os estudos territoriais demandam uma abordagem que coloque o homem como epicentro. As premissas e problemáticas desses estudos devem ser nativas desses territórios, e os agentes sociais que os moldam não devem ser apenas respondentes de pesquisas e fornecedores de informações para o pesquisador externo. Por isso, é preciso que os estudos não façam caricaturas do território, ou então, reforcem concepções colonizadoras, excludentes e redutivas de cada complexidade espacial.

Impactos de agroindústrias nos territórios

Atualmente, torna-se cada vez mais difícil delimitar com precisão os espaços urbanos e rurais. Essa dificuldade decorre da emergência de um novo modelo de produção agrícola que transformou e vem transformando profundamente a estrutura do espaço. Simultaneamente, esse processo promove o deslocamento dos camponeses para áreas urbanas, onde passam a inserir suas próprias práticas de produção e organização espacial nos limites das cidades.

Elias (2021) destaca que o agronegócio é envolto por uma série de mitos que constroem um imaginário social amplamente favorável a esse setor. Entre os mitos mais difundidos, estão a ideia de que o agronegócio é essencial para o desenvolvimento nacional — sustentada pelo slogan “o agro é tudo” —, a noção de que o setor garante segurança alimentar e soberania e a crença de que ele opera de forma autônoma, sem depender do Estado. Soma-se a isso a falsa percepção de que o uso de agrotóxicos não oferece riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, de que o modelo do agronegócio seria o único viável para o Brasil, e de que suas empresas figuram entre as mais sustentáveis do país, dentre vários outros mitos propagados socialmente.

De acordo com Fernandes (2004), o processo de construção da imagem do agronegócio esconde seu caráter concentrador, expropriatório e excludente, para dar ênfase somente aos aspectos produtivistas, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. A implantação da automação tecnológica, como plantadeira-colheitadeira controlada por satélite e inteligência artificial, contudo,



mantém a questão estrutural ainda ligada ao trabalho, ao processo de exploração e dominação que concentra a propriedade da terra que se recrudesce e afeta de maneira negativa o campesinato.

Os camponeses que são autossustentáveis, capturados por essa dinâmica imposta pelo capital, não conseguem acompanhar o novo ritmo competitivo, resultando no êxodo rural e a favelização das cidades. O principal causador dessa problemática é a falta de uma reforma agrária ampla e bem elaborada, para que o país se desenvolva por inteiro, e não cresça de maneira hierárquica, tendo como bandeira a concentração de renda e da terra. Olhando para a história, a manutenção das políticas que perdurou durante o Brasil colonial, com as agroindústrias canavieiras; com a República do café com leite, através da pecuária e dos cafeicultores; e ganhou uma nova roupagem na virada do século XXI:

Desde 1996, com a implantação do programa Reforma Agrária Solidária no Ceará e, depois, com o debate inaugurado com a criação do Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra, lançado em dezembro de 1997, indicava a criação de um novo espaço na realização de políticas de reforma agrária. A mudança do eixo da questão agrária objetiva transferir a reforma agrária do campo da política para o mercado. Com a criação desse novo espaço nascia uma nova conflitualidade. Para compreendê-la é necessário atentar para os efeitos da globalização marcados pelas políticas neoliberais (Fernandes, 2004, p. 35).

Dessa forma, configura-se um novo cenário de conflito: não se trata mais da clássica oposição entre o camponês e o fazendeiro, mas sim entre o camponês e o capitalista. E agora o novo adversário do camponês se apresenta sob o disfarce de um ideal de progresso para o campo.

Segundo Fernandes (2004), a exaltação do agronegócio promovida pela mídia, pelas empresas e pelo próprio Estado configura uma estratégia de blindagem desse modelo, tentando ocultar as tensões e desigualdades que ele engendra — frutos de uma longa trajetória de negligência e marginalização do camponês. Elias (2021) relata que o avanço da extrema direita conservadora tem buscado deslegitimar, reprimir e silenciar aqueles que lutam por um Brasil mais justo e soberano. Atos de violência e discursos de ódio, cada vez mais difundidos nas redes sociais, têm repercussões concretas em diversas esferas sociais.



Trata-se, portanto, de mais uma expressão da violência exercida por setores da elite econômica e política brasileira, empenhados em perpetuar abusos contra as camadas mais vulneráveis da população. O agronegócio não passa de um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo agora, não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Segundo Gomes (2019), o agronegócio possui fundamental importância para a economia brasileira, mas se precisamos fazer uma análise social do país, não se deve cometer o erro de observar apenas a superficialidade, pois, seu crescimento econômico é acompanhado por crescentes preocupações com os impactos ambientais provocados pela agricultura e pecuária nos recursos naturais, que repercutem na biodiversidade, na disponibilidade hídrica, na qualidade do ar e do solo e, sobretudo, nos territórios nas territorialidades, enfim, na vida humana.

É necessário, como já foi ressaltado, colocar todos os agentes produtores e consumidores do espaço, aqueles que têm suas práticas agrícolas cerceadas, os pequenos agricultores, os pecuaristas, as vítimas de acidentes de trânsito envolvendo os veículos de transportes de cana-de-açúcar, por exemplo. Não esquecer do aumento de casos de câncer entre os trabalhadores que têm contato direto com os agrotóxicos, da qualidade do emprego, pois muitas vezes não é ofertada água potável, alimento, local de descanso (Alves, 2006).

Portanto, antes ou depois de afirmarmos que agronegócio possui relevância para o PIB brasileiro, ou no município, ao gerar emprego e renda e destacar o país no comércio internacional, é obrigatório colocar também outros pontos causadores e influenciados por esses números.

A chamada “modernização do campo” encontrou um real e doído atraso secular, originado do processo de formação territorial, que privilegiou pessoas pela classe, cor e gênero, ditou rumos e empossou nos poderes econômico e político uma pequena casta de famílias, sem uma política de reforma agrária, enquanto muitos, mesmo com garantias constitucionais, não conseguem ter o acesso efetivo de uma mínima dignidade, como o acesso à terra pela lei do usucapião, explicitado pela Constituição.

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem



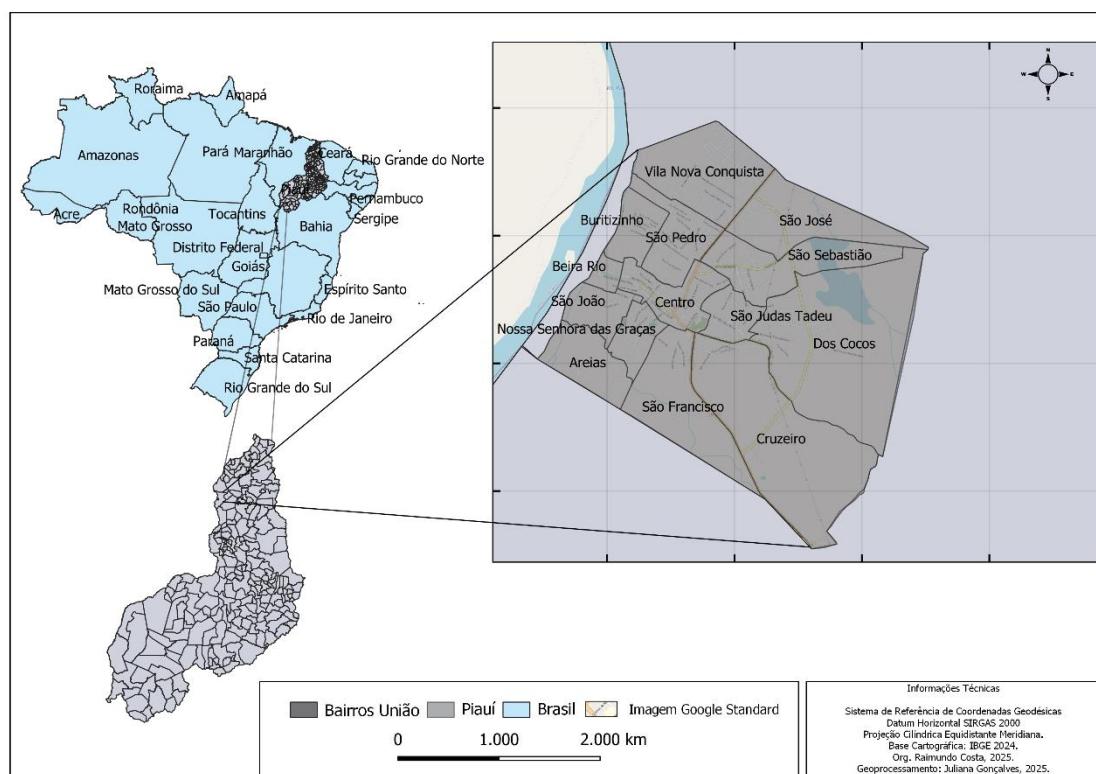
oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade (Brasil, 1988, pág. 39).

A pobreza se intensificou pela distribuição desigual da terra e de outros bens, com a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada, ou seja, foi justamente isso e o favorecimento às propriedades patronais que deram origem à expressão “modernização conservadora” como atestam Ehlers, (1999) e Balsan (2006).

Caracterização geográfica do município de União-PI

O município de União, localizado no estado do Piauí, situa-se a aproximadamente 61 quilômetros ao norte da capital, Teresina. Seu principal acesso é pela rodovia estadual PI-112. União integra a microrregião de Teresina e pertence ao território de desenvolvimento denominado Entre Rios, conforme ilustrado na figura 01. Faz fronteira ao norte com os municípios de Miguel Alves e Lagoa Alegre; ao sul, com Teresina, José de Freitas e o estado do Maranhão; a leste, com José de Freitas e Lagoa Alegre; e a oeste, novamente com o estado do Maranhão (CEPRO, 2022). O município foi oficialmente criado pelo Decreto nº 01, datado de 28 de dezembro de 1889, e possui uma área de 1.173,4 km², segundo dados do IBGE (2010).

Figura 01: Caracterização geográfica de União



Fonte: *Google Earth Pro*, 2025; Geoprocessamento: TecnI. Juliana Gonçalves Sousa, 2025

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 2022¹, o município de União apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 9.413,79. As receitas realizadas somam R\$ 88.044.590,00, enquanto o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) totaliza R\$ 18.673.700,97. Em relação à população, União contava com 46.119 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 39,39 habitantes por km². Esse número indica um crescimento populacional de 8,12% em comparação com o Censo de 2010. No ranking estadual, o município ocupa a 8ª posição; na região Nordeste, está em 193º lugar; e no cenário nacional, figura na 701ª colocação.

Na atividade agrícola, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, com um volume expressivo de 868.783 toneladas. Em contraste, culturas alimentares básicas apresentam números mais modestos: arroz (471 toneladas), feijão (253 toneladas) e mandioca (480 toneladas), conforme dados do IBGE (2017). Com o avanço das lavouras de cana-de-açúcar nas áreas rurais e a expansão do perímetro urbano, estima-se que a

¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/uniao/panorama>.



população urbana já tenha superado a rural, refletindo mudanças significativas na dinâmica territorial e socioeconômica do município.

O município apresenta hoje indicadores mais elevados, União conta com 1.954 matrículas na educação infantil, 7.219 no ensino fundamental e 2.093 no ensino médio, distribuídas em 49 escolas de educação infantil, 54 de ensino fundamental e 9 de ensino médio. Os dados do IBGE de 2022 revelam avanços no quadro socioeconômico do município de União-PI, refletindo diretamente na melhoria dos serviços essenciais oferecidos à população, como saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico. É importante fazer uma análise espacial para entender se esses avanços são impulsionados por políticas públicas ou pela atuação do grupo Olho D'Água.

A dimensão sucroalcooleira na construção da territorialidade unionense

Para conseguir o objetivo proposto da pesquisa foram entrevistados agentes produtores do território unionense, como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de União - STTRU, trabalhadores do corte de cana do grupo Olho D'água, o secretário de agricultura do município e alguns microempresários da cidade.

Em entrevista, o presidente do sindicato destacou que o Grupo Olho d'Água, atual administrador da usina em União-PI, é mais aberto ao diálogo e apresenta maiores perspectivas de expansão em comparação ao grupo que administrava anteriormente (Grupo Ari Magalhães). Quanto às relações de trabalho, os sindicalistas de União-PI, José de Freitas e Miguel Alves relataram que firmam anualmente um acordo coletivo com o Grupo Olho d'Água, definindo cláusulas sobre as condições laborais. O diretor dos assalariados rurais do STTRU realiza fiscalizações semanais nas lavouras, além de investigar possíveis denúncias. No entanto, o sindicato aponta que é comum os trabalhadores evitarem denúncias na presença dos fiscais de turma, devido a ameaças de demissão por parte destes. A atuação sindical busca, assim, preservar os direitos dos trabalhadores diante dessas pressões.

Segundo o STTRU, existem muitas denúncias de corrupção em relação à produção dos trabalhadores, que funciona por metragem cortada. O diretor comunicou que muitos trabalhadores dizem que para trabalhar nas lavouras a documentação é entregue à alguns fiscais de turma, esses consequentemente escolhem os cortadores de cana,



ficam responsáveis pela administração da turma e verificam a produção. Contudo, existem acusações acerca da existência de um auxílio financeiro a alguns cortadores, em detrimento de outros, e quando algum trabalhador questiona a produção, possivelmente não será contratado em safras futuras.

É nesse sentido que Elias (2021) afirma que o agronegócio é permeado de mitos que fabricam um imaginário social favorável a ele. Entre os muitos mitos difundidos, associados ao agronegócio, há o de que ele é a redenção do Brasil, o propulsor do desenvolvimento social do país, promove distribuição de renda e desenvolvimento regional. Contudo, na prática, o agronegócio se preocupa apenas com o seu lucro, e os trabalhadores são meramente peões em seu tabuleiro, facilmente substituídos (Fernandes, 2004).

Ainda segundo o STTRU, além da acusação de práticas corruptivas, outro fato que incomoda o órgão é o salário por produção, que segundo eles, pode levar o trabalhador a exaustão física. Nas entrevistas com os cortadores de cana, foi relatado que é comum o fiscal não estipular uma meta a ser cortada pelo trabalhador, e, assim, o anseio para obter um melhor salário acarreta danos a sua saúde, já que haverá trabalho demasiado, na busca por um quantitativo maior. Ainda citaram a alta exposição ao sol, uma vez que as vestimentas são inadequadas, causando ainda suor excessivo que leva à desidratação e a ocorrência de câimbras, como relata Alvez (2006) ao tratar dos problemas relacionados à atividade.

Diante dos riscos associados ao trabalho prolongado no corte da cana-de-açúcar, desde o final da primeira década deste século vêm sendo discutidas resoluções voltadas à melhoria das condições laborais nesse setor (Brasil, 2009; Capitani *et al.*, 2015). Entre as propostas mais recorrentes estão a estipulação de um limite máximo de cana a ser cortada por jornada diária por trabalhador e a ampliação do uso de tecnologias de corte mecanizado. Embora essas medidas ainda estejam em fase de debate e implementação em diferentes regiões do país, há uma expectativa de que tais soluções também alcancem municípios como União-PI, onde a produção de cana-de-açúcar é expressiva e impacta diretamente a dinâmica econômica e social local.

Entretanto, há ressalvas em torno dessas soluções, a primeira é que o estabelecimento de limite máximo a ser cortado por dia que não considera as peculiaridades cada trabalhador. Assim, esse limite pode ser muito para uns e pouco



para outros. A segunda é que a mecanização possui algumas barreiras, já que o corte de cana por uso de máquinas não é possível em relevos mais inclinados e ondulados ao mesmo tempo que reduz o número de trabalhadores. Toda decisão que tenha uma implicação tão latente na vida das pessoas precisa ser tomada depois de serem estudados os seus micros contextos territoriais, para que se tenham noção das suas consequências (Fernandes, 2022; Saquet, 2022; Castro e Sodré, 2022). Balsan (2006) afirma que as políticas de modernização da agricultura têm duas faces, elas servem como instrumento de transformação do espaço que trazem ora prosperidade, ora decadência, a primeira, econômica, a segunda, social.

Em termos salariais, os trabalhadores entrevistados, bem como o STTRU consideraram o pagamento pelo trabalho injusto, no mesmo sentido todos mostraram-se insatisfeitos com a qualidade do trabalho no Grupo Olho d' Água. O sindicato entende que é difícil lutar contra um grupo com muita influência econômica e política e, segundo os entrevistados, a falta de consciência de classe dos cortadores e a intimidação por parte dos fiscais dificulta as negociações de melhorias. Nesse sentido Elias (2021) esclarece que as corporações e entidades de classe do agronegócio constroem esses mitos, já que elas contam com um amplo amparo das empresas da indústria cultural, com propagandas televisivas, assim como com a anuência do Estado, quando, por exemplo, não cumpre seu papel de regular e fiscalizar em prol do bem comum.

Todavia, os entrevistados admitem que se comparada com a antiga administração da COMVAP, pode-se apontar um grande avanço nos direitos trabalhistas, pois anteriormente, as condições de trabalho eram deploráveis e sub-humanas, e agora as denúncias de trabalho escravo reduziram consideravelmente a partir da administração da COMVAP pelo Grupo Olho d' Água.

Deve-se ressaltar que o grupo, mesmo aperfeiçoando as relações trabalhistas com seus funcionários e sendo mais flexível na negociação de salários e suas obrigações - como no acordo coletivo -, vem provocando mais impactos ao meio ambiente e à população local, tendo em vista que aumentou de forma significativa as áreas de plantio. O STTRU informou que o grupo não adquire propriedades com extensão inferior a 100 hectares. No entanto, também destacou que há 11 empresas que cultivam cana-de-açúcar e comercializam sua produção com o grupo. Essa prática faz parte de uma parceria estabelecida entre o grupo e o governo do Piauí, que prevê que 20% de toda a



produção seja ofertada por pequenos produtores, promovendo a inclusão e o fortalecimento da agricultura familiar na cadeia produtiva da cana, ainda de acordo com o STTRU.

O sindicato declarou que essas empresas são chamadas de Convapinhas e que já totalizam 11. Elas são heterogêneas, sendo muitas de proprietários locais, alguns pequenos produtores que conseguem crédito junto ao banco, outros são de produtores locais que trabalhavam antes com granja, pecuária ou demais atividades agropecuárias. Há ainda a informação que um grupo de Pernambuco comprou terras em União com o intuito de fornecer cana para o Grupo Olho d'Água.

O STTRU afirma que as práticas dessas empresas, principalmente dos que têm maior porte, são bem similares às práticas do Grupo Olho d'Água, não oferecem comida ou água para os trabalhadores, pagam por produção e fazem premiação para os cortadores que mais se destacam. Os trabalhadores relataram não terem participado de qualquer reunião, assembleia e que não foram consultados sobre um acordo para essa premiação, mas que alguns entrevistados demonstraram-se favoráveis. Já o sindicato esclarece que as premiações não são conquistas do acordo coletivo, mas diz que é delicado ser contra, porque muitos cortadores são favoráveis a essa prática.

De acordo com as entrevistas, a principal consequência do avanço das lavouras de cana dentro do ambiente rural de União é a diminuição das terras agricultáveis para os pequenos produtores, o que gera diminuição da agricultura de subsistência, aumento dos produtos de cesta básica nos comércios dos povoados, conflitualidades com pequenos pecuaristas, problemas como poeira, fuligem das queimadas, estragos nas vias de transporte e poluição da água. Muitos suscitarão o êxodo da população local. O sindicato apontou, como possíveis medidas para amenizar essa problemática, a criação de mais assentamentos rurais e a criação de áreas de preservação. De acordo com o sindicato, há um total de 14 assentamentos com 428 famílias, 7 resultantes de políticas de créditos fundiários da Política Nacional de Terras, com 104 famílias e, 7 originadas de Políticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com 324 famílias.

Um fato importante destacado pelos entrevistados como manutenção de seus vínculos com o campo são as feiras da agricultura familiar. Pela voz do sindicato, a entidade orgulha-se da realização dessas feiras, criadas como uma prática de suporte



aos pequenos produtores e ao, mesmo tempo, uma resistência política à dominação ideológica da agroindústria canavieira na cidade, já que é comum para justificar a expansão das lavouras dessa cultura, o discurso que a agricultura familiar não movimenta a economia da cidade.

No total, são dez feiras anuais, duas organizadas pelo sindicato, sendo uma no dia 24 de julho (essa foi a primeira feira criada, que já vai para a sua 14ª edição) e a outra, a Feira da Mulher Agricultora, que acontece no dia 15 de outubro. As demais feiras são organizadas pelas comunidades e assentamentos rurais e com o apoio do STTRU. As outras oito feiras são das comunidades Mundo Novo, Zundão dos Camilos, Bela Fonte, Lagoa do Governo, Vereda Cumprida e dos assentamentos Bela Fonte, Marajá e Santa Clara. As feiras das comunidades Mundo Novo e Zundão dos Camilos e têm os produtos originados do babaçu como impulsionador das feiras.

Essas feiras são exemplos de resistências do lugar. As estruturas de poder do modo de produção capitalista estimulam e exigem das suas forças produtivas, e das relações de produção, uma crescente e contínua acumulação de capital pela expropriação do meio de produção, a terra, e do uso da força produtiva dos expropriados, o trabalho. Contudo, as territorialidades do lugar ainda estão presentes, se manifestam e se reinventam (Castro; Sodré, 2022).

No que tange à visão institucionalizada no poder político local, entrevistou-se o secretário de Agricultura de União-PI, que tem experiência no legislativo e no movimento sindical. Ele ressaltou tanto os benefícios econômicos da empresa — como geração de empregos e impulsionamento do comércio — quanto os impactos negativos, como a pressão política e a redução da agricultura familiar. Relatou que muitos camponeses foram forçados a abandonar práticas tradicionais, promovendo o surgimento de movimentos socioterritoriais em defesa de seus direitos e da identidade camponesa.

O secretário também destacou que o grupo, embora tenha fortalecido economicamente a cidade, tem agora direcionado sua expansão para o estado do Maranhão. Essa mudança seria motivada pelas dificuldades em obter licenças ambientais em União, devido à presença de áreas de Mata e ao aumento da fiscalização ambiental.



Outro ponto abordado foi a tentativa de regulamentar a atuação do grupo por meio da chamada “lei da monocultura”, uma proposta de iniciativa popular que buscava limitar a expansão da monocultura no território. O projeto incluía normas rígidas quanto ao uso do fogo na colheita de cana, visando evitar riscos ambientais e acidentes. Contudo, a proposta não avançou na câmara municipal, e o secretário atribuiu esse insucesso à forte pressão política da agroindústria.

O secretário também afirmou que a prefeitura não participou das negociações iniciais para a instalação do grupo e que as relações de trabalho são regidas por acordos coletivos com sindicatos e o Ministério do Trabalho. Sobre a agricultura familiar, reconheceu uma queda na sua prática, embora ainda se apresente em assentamentos e algumas comunidades, ainda ressaltou que programas como AGROAMIGO² e o PNAE³ têm contribuído para a manutenção dessa forma de produção no município.

Com o objetivo de compreender a perspectiva do empresariado local, foram entrevistados catorze empreendedores: quatro do setor de confecção, um de papelaria, dois da construção civil, um de joalheria e seis do ramo alimentício. A maior parte desses negócios encontra-se na área urbana, três deles funcionam no povoado Divinópolis, localizado a 10 km da sede municipal, no sentido sul da PI-112. Todos os empreendimentos surgiram após a instalação do Grupo Olho d’Água na região.

Durante as entrevistas, ficou evidente que os empresários têm uma visão ambivalente em relação ao Grupo Olho d’Água. Embora reconheçam sua relevância econômica para o município, também apontam consequências negativas associadas à sua presença. Já quanto aos possíveis impactos da eventual saída do Grupo, as opiniões variam como: isso poderia provocar migração e queda nas vendas; aumentaria a dependência da população em relação às políticas assistenciais e à previdência social.

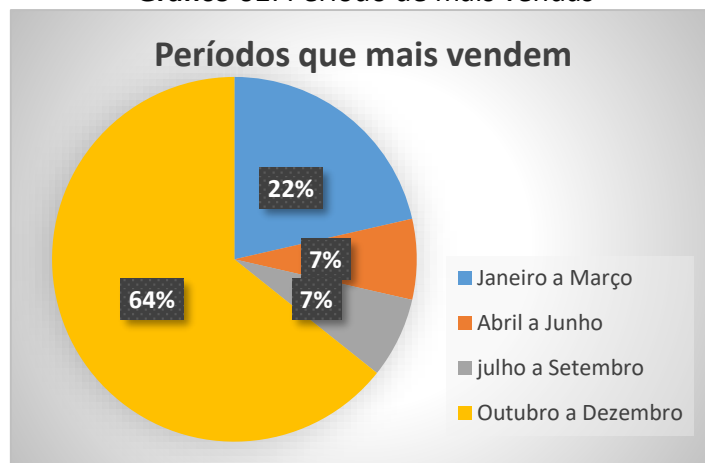
O Gráfico 01 apresenta diversas variáveis relatadas quanto ao movimento dos negócios. Observa-se que o período de abril a junho — correspondente à entressafra — registrou o menor número de respostas. Já entre outubro e dezembro, houve um

² O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico famílias agricultoras do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo. atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores e agricultoras enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com subsídios de até 40%. Fonte: <https://inec.org.br/microfinancas/agroamigo/>.

³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

aumento significativo nas respostas, impulsionado por eventos como o Natal, o Dia das Crianças e o pagamento do 13º salário, mas que pode ser dinamizado pelo período da safra, que se encerra em dezembro.

Gráfico 01: Período de mais vendas



Fonte: Pesquisa, 2024.

Para aprofundar a análise, foram entrevistados 20 cortadores de cana da agroindústria, pertencentes à turma 344. As entrevistas foram realizadas no mês de março, no período da entressafra. Nessa fase, devido à interrupção do corte da cana, alguns trabalhadores são realocados para outras funções, ainda ligadas à cultura canavieira, como o plantio, a limpeza dos talhões e a aplicação de herbicidas, inseticidas ou fertilizantes químicos.

As entrevistas revelaram um cenário contraditório gerado pela atuação do Grupo Olho d'Água em União-PI: por um lado a empresa é vista como impulsionadora do crescimento econômico local, por outro geradora de fragilidades sociais e trabalhistas. Majoritariamente relaram que as jornadas de trabalho são extenuantes, as metas de corte são muito elevadas e que as condições de trabalho são inadequadas. Para uma parcela dos entrevistados, os acordos firmados com a empresa que visam a qualificação e a alfabetização continuam sem efetivação, expondo o descompasso entre discurso e realidade fato que, segundo eles, mantém a baixa escolaridade e impede a adaptação dos trabalhadores ao processo de mecanização, que já representa uma ameaça concreta, gerando insegurança e instabilidade entre eles.

A alteração gerada pela expansão da agroindústria em União reconfigura a territorialidade e põe em risco a identidade histórica do campesinato local, embora



aconteçam ganhos em renda e consumo. Diante disso, torna-se urgente a formulação de políticas públicas integradas e integradoras que promovam a formação técnica, assegurem a valorização do trabalhador rural e estabeleçam estratégias de transição produtiva com justiça social. Sem tais medidas, o avanço econômico sustentado pela monocultura e pela exploração intensiva da terra e do trabalho só aprofundará desigualdades e comprometerá o próprio futuro dos territórios que pretende desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se compreender o território é fundamental romper com as opiniões simplistas e afirmações tendenciosas que, muitas das vezes, favorecem minorias quantitativas com grande poder político e econômico. O território é dinâmico, construído em múltiplas camadas que só podem ser decifradas a partir da análise histórica, da atuação dos agentes sociais e das inter-relações entre suas ações.

A história que moldou o município de União resultou numa cidade de perfil centrado na agricultura de subsistência, na pecuária extensiva, nas migrações sazonais para outras regiões do país e em empregos informais estimulados pela expansão da capital Teresina. Entretanto, processos históricos reverberaram na cidade através do processo de globalização, como o impacto da crise do petróleo que deu origem à procura de fontes alternativas à essa fonte de energia, que no Piauí culmina na criação da COMVAP. Também surgem processos locais, como a aquisição dessa empresa pelo tradicional Grupo Olho d'Água. A sobreposição entre eventos globais e identidades locais criou uma territorialidade singular no município de União.

Nesse mesmo espaço, convivem dois modelos, atualmente, antagônicos de produção: o agronegócio empresarial e o pequeno produtor familiar, que cultiva para o autoconsumo e comércio local e busca apoio em articulações políticas e cooperativas. Esses pequenos agricultores mantêm vivas suas culturas por meio das feiras, comercializando os excedentes de sua produção e preservando tanto a cultura material — como o artesanato, o azeite e a paçoca de babaçu — quanto a imaterial — como a música, os mitos e os ritos populares.

Como demonstrado pela pesquisa, o Grupo Olho d'Água impulsionou o crescimento econômico local, mas também transformou profundamente o modo de vida



da população. Após 23 anos de presença no município, estabeleceu-se uma relação de dependência econômica e uma influência política capaz de interferir em projetos legislativos e decisões da câmara municipal. Uma geração inteira de jovens nasceu sob essa nova ordem e, sem vivência dos processos anteriores, tem dificuldade para enxergar transformações estruturais ou imaginar alternativas viáveis à atual dinâmica.

Essa espécie de “amnésia da paisagem” é fortalecida pelo controle exercido pela agricultura comercial sobre toda a cadeia produtiva e de comercialização. Assim, se constrói o mito de que o agronegócio seria o único responsável pelo progresso local — e que, sem ele, as condições seriam ainda mais precárias.

As agroindústrias, ao se territorializarem, propagam um discurso de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, por trás dessa retórica desenvolvimentista, ocultam-se diversos problemas sociais e econômicos. A pesquisa evidencia que União vive um processo de reterritorialização das relações sociais, guiado pelo novo modelo de produção espacial imposto pelo Grupo Olho d’Água. Trabalhadores e moradores locais estão sendo forçados a se adaptar a essa nova configuração.

Essa ideologia é reforçada não apenas pela empresa, mas também por governantes e até parte da população. Embora os indicadores mostrem crescimento econômico, é necessário ir além dos números: é fundamental analisar de que forma essa transformação afeta os sujeitos sociais. Questões como salários baixos, condições precárias de trabalho e o abandono dos trabalhadores não podem ser ignoradas, pois fazem parte do saldo socioeconômico do grupo.

Assim, análises territoriais nesta área precisam considerar a qualidade do emprego gerado e os impactos reais nas condições de vida. Muitas das vezes, a imagem da agroindústria é construída com base em seu potencial produtivo, nas promessas de modernização e riqueza. Contudo, a realidade estrutural permanece inalterada: os mais pobres continuam sendo explorados e excluídos do acesso à terra, à cultura e às tecnologias. Soma-se a isso os impactos negativos sobre o meio ambiente e o convívio social — como a deterioração das vias pelo tráfego de caminhões, o aumento da poluição sonora em bares e a elevação dos índices de violência.



REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Por que morrem os cortadores de cana?** Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902006000300008. Acesso em: 15/07/ 2023.

BALSAN, R. **impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira.** campo-território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BRANDÃO, C. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais:** Levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. Scielo Books, 2009, Salvador. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/37t/06>. Acesso em: 03/11/2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República . **Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.** Brasília: Ministério da Agricultura, 2009.

CASTRO, Claudio Eduardo de; SODRÉ, Ronaldo Barros. Do território múltiplo ao lugar comunitário. In: **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Organização Claudio Eduardo de CASTRO; José SOBREIRO FILHO; Marcos Aurélio SAQUET; Janaina Francisca de Souza Campos VINHA. Londrina, PR: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022. p. 51-76.

Capitani, D. H. D. Capitani; GOMES, M. DE S. WALTER, A. C. da S. VERDE LEAL, M. R. L. Condições de trabalho na atividade canavieira brasileira. **Revista de Política Agrícola.** Ano XXIV – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2015. . 64-77

ELIAS, D. **Mitos e nós do agronegócio no Brasil.** Geosp. v. 25 (2), 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/geo/a/RbJHXNzykF8jP9Tn8BbQqBv/>. Acesso em: 15/07/2023.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios.** Unesp, campus de Presidente Prudente 2008. Disponível em:
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em: 02.11.2022.



FERNANDES, B. M.,. **Geografias fora do eixo: por outras geografias feitas com práxis territoriais**. Organização Claudio Eduardo de CASTRO; José SOBREIRO FILHO; Marcos Aurélio SAQUET; Janaina Francisca de Souza Campos VINHA. 1ª Edição Editora Liberdade – Londrina/PR Editora UEMA – São Luis/MA. 2022.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária em dados. 2004. Disponível em:
<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial>. Acesso em: 20. Nov. 2022.

GOMES, C. S. **Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais**. Cadernos do Leste. BeloHorizonte,J a n -Dez.Vol.19, nº19, 2019.

IBGE. **Censo Econômico e contagemd a população**, por município. Disponível em:
<https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/malha-de-setores-censitarios.html>. Acesso em 21 ago. 2023.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, M.; BECKER, B.; S., Carlos A. F. da; et alii. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1. Ed – Rio de janeiro. Consequência editora. 2017.

SAQUET, M. A, entre a “modernidade” e a “pós-modernidade”: a continuidade da colonialidade. **Geografias fora do eixo: por outras geografias feitas com práxis territoriais**. Organização Claudio Eduardo de CASTRO; José SOBREIRO FILHO; Marcos Aurélio SAQUET; Janaina Francisca de Souza Campos VINHA. 1ª Edição Editora Liberdade – Londrina/PR Editora UEMA – São Luis/MA. 2022.

WALSH, Catherine. (Des)humanidad(es). In: PALERMO, Z. (Org.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2015. p. 103-119.